



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 01-VERSÃO 2 - TRE-ES/PRE/DG/NACI**1.OBJETO**

1.1.Prestação de serviços de interpretação/tradução simultânea em Língua Brasileira de Sinais (Libras) para a língua portuguesa e vice-versa, **CATSER – 12637** - Tradução / interpretação simultânea / consecutiva.

2. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

2.1 Prestação de serviços de tradução/interpretação de Libras para a Língua Portuguesa e vice-versa, em qualquer modalidade em que as referidas línguas se apresentarem, seja falada (oral/auditiva), seja sinalizada (visual/espacial), seja escrita, nas formas simultânea ou consecutiva, ao vivo ou ensaiada, gravada em sessões no plenário da Corte, em eventos, reuniões, seminários, conferências, *workshops*, cursos, palestras, discursos, apresentações, atendimentos, visitação pública e outras atividades, eventos e projetos institucionais promovidos pelo TRE- ES, se assim julgar necessário, e sob demanda, conforme especificado na tabela abaixo e nos termos e condições constantes neste edital.

Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Unitário estimado R\$	Valor total estimado R\$
1	Serviços de tradução-interpretação de Libras (Língua Brasileira de Sinais), para a língua portuguesa e vice-versa na forma simultânea ou consecutiva.	Horas	150		
2	Serviços de tradução-interpretação de Libras (Língua Brasileira de Sinais), para a língua portuguesa e vice-versa na forma simultânea ou consecutiva remota (RSI).	Horas	200		
3	Serviços de tradução-interpretação de Libras (Língua Brasileira de Sinais), para a língua portuguesa e vice-versa na forma pré-gravada (audiovisual).	Minutos	840		

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1. Atender a determinação da Resolução do CNJ nº 401/2021, que orienta os órgãos do Poder Judiciário quanto à adoção de medidas voltadas à promoção da acessibilidade para pessoas com deficiência, merecendo destaque os incisos I, II, IV e VI do Art.4º, transcritos a seguir:

Art. 4º Para promover a acessibilidade, o Poder Judiciário deverá, entre outras atividades, implementar:

I - o uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras), do Braille, da audiodescrição, da subtítuloção, da comunicação aumentativa e alternativa, e de todos os demais meios, modos e formatos acessíveis de comunicação;

II - a nomeação de tradutor(a) e intérprete de Libras, sempre que figurar no processo pessoa com deficiência auditiva, escolhido dentre aqueles devidamente habilitados e aprovados em curso oficial de tradução e interpretação de Libras detentores do certificado de proficiência em Libras;

(...)

IV - a oferta de atendimento ao público em Libras;

(...)

VI – recursos de acessibilidade nas comunicações televisionadas ou em vídeos no formato on-line;

3.2. Anualmente, o CNJ aplica o questionário eletrônico para avaliar critérios e práticas referentes à transparência no âmbito dos tribunais, dentre as quais verifica o cumprimento das determinações citadas acima. No Glossário do Ranking da Transparência de 2022, incluiu-se a seguinte questão:

82 – O tribunal/conselho utiliza intérprete de linguagem brasileira de sinais em manifestações públicas? - Art. 4º, I e VI, da Resolução CNJ nº 401/2021.

3.3. Cumprimento da lei nº 13.146/2015 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e aos demais normativos vigentes que regem a matéria.

3.4. É dever legal do Poder Judiciário garantir às pessoas surdas ou com deficiência auditiva o seu efetivo e amplo atendimento, por meio do uso e da difusão da Libras e da tradução e da interpretação de Libras - Língua Portuguesa. (Decreto n. 9.656, de 27 de dezembro de 2018).

3.5. O serviço de tradução e interpretação em Língua Brasileira de Sinais (Libras) promoverá importante avanço na promoção da acessibilidade e da inclusão. Trata-se de recurso de acessibilidade comunicacional que proporcionará o acesso irrestrito das pessoas com deficiência auditiva nas manifestações públicas realizadas no âmbito da Justiça Eleitoral do ES.

4. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. O CONTRATANTE requisitará a prestação dos serviços por meio de Ordem de Serviço elaborada pela fiscalização do contrato e enviada por meio eletrônico (e-mail). A confirmação de recebimento da Ordem de Serviço dar-se-á pela confirmação de recebimento do *outlook*. A requisição, ou solicitação, será repassada à CONTRATADA com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência do horário previsto para o início do evento. Na requisição feita à CONTRATADA, deverão constar detalhes, como dia, horário, duração estimada e temática do evento.

4.1.1 As horas de início e de término do evento constante da Ordem de Serviço são apenas estimativas.

4.1.2. A hora de início considerada para cômputo da jornada de trabalho dos profissionais será sempre aquela indicada na Ordem de Serviço para o início do evento, não se descontando da jornada eventuais atrasos não imputáveis à CONTRATADA.

4.1.3. Se o evento se estender após o horário previsto para término, a CONTRATADA deverá garantir o quantitativo mínimo de intérpretes para a continuidade da prestação do serviço.

4.1.4. Quando da ocorrência de eventuais imperfeições e deficiências no curso da execução dos serviços, a CONTRATADA será notificada, por escrito, com prazo fixado para sua correção, o qual não poderá ultrapassar 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação.

4.2. O cancelamento do serviço deverá ser informado à CONTRATADA com, no mínimo, 3 (três) horas de antecedência do início do evento. Caso o evento seja cancelado, em parte ou integralmente, a menos de 3 (três) horas do seu início, o CONTRATANTE ressarcirá as despesas incorridas pela CONTRATADA, desde que devidamente comprovadas.

5. LOCAL E PRAZO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. O contrato terá vigência a partir da assinatura do contrato, e duração de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, nos termos da lei.

5.2. Os serviços serão prestados na sede do TRE-ES e nas Zonas Eleitorais.

5.2.1. Na Sede do TRE-ES e nas Zonas Eleitorais da Grande Vitória, a tradução será realizada na forma presencial.

5.2.2. A realização de tradução remota na Sede do TRE e nas Zonas Eleitorais da Grande Vitória, somente será realizada a juízo exclusivo do Contratante.

5.2.3. Para eventos realizados nas Zonas Eleitorais do interior do Estado, a tradução será por meio de interpretação simultânea remota (RSI), cabendo à empresa contratada dispor dos recursos tecnológicos e conexão para oferta do serviço, sempre que o intérprete se encontrar em local diverso da realização do evento ou de onde fala o orador.

5.2.4. Nas sessões plenárias realizadas de forma remota, o intérprete deverá participar da sala virtual criada na plataforma digital como participante da reunião, pelo link que será disponibilizado 30 minutos antes da sessão, devendo garantir que sua janela tenha qualidade na visualização dos usuários e permaneça ativa durante todo o período de transmissão;

5.2.5. Para a transmissão dos eventos presenciais realizados no Plenário do Tribunal Regional Eleitoral, a contratada deverá fornecer equipamentos de filmagem e de computação, para inserção das imagens, as quais devem ser claras e possuir boa qualidade de visualização, sujeitos à avaliação de segurança por parte da equipe técnica deste Regional, para a transmissão dos eventos ao vivo e gravado.

5.2.5.1. A empresa deverá fornecer os recursos tecnológicos necessários, bem como os equipamentos de câmera, computador e iluminação para a realização do serviço.

5.2.5.2. As câmeras a serem utilizadas para gravação e transmissão dos eventos presenciais realizados no Tribunal Regional Eleitoral deverão possuir qualidade mínima de *full hd*, com garantia de qualidade da imagem.

5.3. Para eventos gravados previamente, a inserção da interpretação para transmissão posterior, em espaço ou janela de Libras, para divulgação e publicação na internet (sítio eletrônico, canal de *youtube* e redes sociais do TRE-ES) deverão ser realizadas com prazo a ser estipulado pela equipe de fiscalização a depender do conteúdo a ser traduzido, em prazo não inferior a 24 horas da sua disponibilização pela contratante.

5.3.1. Quanto às interpretações em Libras por meio de vídeo reproduzido em espaço ou janela de Libras, recomenda-se adotar os requisitos básicos a seguir, extraídos do Guia de Produções Audiovisuais Acessíveis da Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura, que está conforme com a norma técnica ABNTNBR 15290:2016.

5.3.2. Recorte ou wipe: as dimensões recomendadas para o espaço/janela de libras são: Altura mínima: $\frac{1}{2}$ da altura da tela a altura da janela deve ser no mínimo metade da altura da tela do televisor ou de outro dispositivo; Largura mínima: $\frac{1}{4}$ da largura da tela: a largura da janela deve ocupar no mínimo a quarta parte da largura da tela do televisor ou de outro dispositivo; Localização do recorte: sempre que possível, o recorte deve estar localizado de modo a não serem coberto por imagens ou pela tarja preta da legenda oculta.

5.3.3. Posição: a janela de Libras deve ser posicionada à esquerda da tela e não deve ser sobreposta por símbolos ou outras imagens. No caso de videoconferências gravadas ao vivo, o intérprete de Libras poderá se apresentar na janela de Libras convencional ou em espaço fixado no mosaico com os demais participantes do evento audiovisual.

5.3.4. Iluminação: é necessário que sejam utilizados dois pontos de iluminação para o intérprete. Um frontal, diagonal superior, e outro no topo da cabeça para eliminar todas as sombras no tecido ao fundo ou no intérprete.

5.3.5. Plano de fundo: o plano de fundo deverá ser nas cores azul ou verde, em tonalidade compatível para a aplicação da técnica chroma key, porque essa técnica possibilita o apagamento completo do fundo no vídeo de forma digital, e viabiliza a inserção também digital de qualquer imagem para preenchimento, caso necessário.

5.3.6. Enquadramento do Intérprete: para o adequado enquadramento da imagem do intérprete na janela de libras, a posição da câmera deve considerar as medidas a seguir: Parte superior: o quadro superior da câmera deve ficar entre 10 e 15 cm acima da cabeça do intérprete; Parte inferior: 5 cm abaixo do umbigo do intérprete; Parte lateral: corresponde ao espaço de distanciamento entre os cotovelos do intérprete, posicionando-se às mãos em frente ao peito até que as pontas dos dedos médios se toquem. Dependendo da necessidade, o espaço de sinalização pode ser acrescido de até mais 10 cm para cada lado a partir dos cotovelos. Em hipótese alguma a gravação poderá ser exibida com cortes das mãos, braços e cabeça do tradutor ou intérprete de Libras. Para adicionar a gravação da tradução/interpretação em libras ao vídeo principal por meio do espaço ou janela de Libras, recomenda-se usara técnica de sobreposição de vídeos também conhecida como picture-on-picture (PIP).

5.4. A CONTRATADA deverá apresentar os profissionais ao Gestor do Contrato, ou ao responsável designado pelo Gestor, no local indicado para a realização do evento com no mínimo 45 (quarenta e cinco) minutos antes do início do evento, para fins de identificação e credenciamento perante a área de Segurança do TRE e para verificação das condições do local e das características do evento. Esse período não será computado como hora trabalhada para efeito de contabilização do pagamento da prestação do serviço. O atraso ou o não comparecimento do profissional para a realização dos serviços em número superior a 3 (três) ocorrências, sem justificativa aceita pelo CONTRATANTE, poderá ser motivo para rescisão contratual.

5.5 O serviço deverá ser prestado por 2 (dois) intérpretes em regime de revezamento, a cada 20 (vinte) minutos, para assegurar o descanso alternado dos profissionais.

5.5.1 O tempo de 20 (vinte) minutos para a alternância deverá ser cronometrado pelos próprios intérpretes.

5.6 No prazo de até 4 (quatro) horas antes do início dos serviços durante os dias úteis, e de até 8 (oito) horas antes do início dos serviços durante os fins de semana e feriados, a CONTRATADA deverá enviar ao Gestor do Contrato, por meio eletrônico, a relação contendo o nome, o número do RG e do CPF, termo de autorização de uso de imagem e voz e a comprovação da qualificação de cada um dos profissionais que colocará à disposição do TRE para o evento, conforme definido no item 6 deste Termo de Referência.

6. QUALIFICAÇÃO DA EMPRESA CONTRATADA

6.1. Será exigido da CONTRATADA que comprove que prestou serviços de intérprete de Libras. Tal comprovação deverá ser feita mediante a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, sem ressalvas desfavoráveis.

7. QUALIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS

7.1. Os intérpretes deverão comprovar formalmente:

7.1.1. Se possuírem somente nível médio:

a) fluência na interpretação de Libras, de forma simultânea ou consecutiva, a partir de origem falada (oral/auditiva), sinalizada (visual/espacial) ou escrita, mediante apresentação de certificado em:

a.1) cursos de educação profissional reconhecidos pelo Sistema que os credenciou;

a.2) cursos de extensão universitária e cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por Secretarias de Educação;

a.3) formação realizada por organizações da sociedade civil representativas da comunidade surda, desde que o certificado seja convalidado por uma das instituições referidas no item a.2.

b) escolaridade mínima em nível médio, haja vista o disposto na Lei nº 12.319/2010, que regulamenta a profissão de tradutor e intérprete de Libras;

7.1.2. Se possuírem nível superior:

a) Certificado de conclusão de curso de graduação de Letras-Libras (bacharelado), reconhecido pelo MEC.

7.2. Além da comprovação do item 7.1 de acordo com cada caso, deverão apresentar:

a. comprovação de experiência profissional de, no mínimo, 6 (seis) meses na atividade;

b. declaração da Associação de Surdos ou de instituição reconhecida, que comprove a atuação como intérprete de Libras na comunidade surda, tais como: Associação dos Pais e Amigos dos Surdos e Outras Deficiências do Espírito Santo (APASOD); Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis); Associação dos Profissionais Tradutores de Língua Brasileira de Sinais do Espírito Santo (ApILES); e Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia- Intérpretes de Língua de Sinais (Febrapils);

c. conhecimento dos termos técnicos utilizados no vocabulário jurídico e dos termos técnicos pertinentes ao evento para o qual foi solicitado o serviço de interpretação.

7.3 A partir da assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar as comprovações citadas nos itens 7.1 e 7.2 dos profissionais que prestarão serviços durante o período de sua vigência, assim como o documento de Termo de Autorização de Uso de Imagem e Voz, previsto no Adendo II deste Termo de Referência, dispensando-se a remessa dessa documentação quando da etapa de aceite da ordem de serviço. Em caso de inclusão de novos intérpretes, a documentação referente ao cadastro desses profissionais deve ser formalizada no prazo de 5 (cinco) dias úteis antes da efetiva prestação do serviço, respeitando o discriminado no item 9.11 deste Termo de Referência.

8. PROFISSIONAIS A SEREM ALOCADOS NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1. Os profissionais a serem alocados na prestação dos serviços devem:

1. ser experientes e capacitados para o exercício da função de Intérprete de Libras, conforme requisitos constantes do item 7 deste Termo de Referência e ditames da Lei nº 12.319/2010, que regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete de Libras;
2. primar pela apresentação pessoal necessária à execução do serviço;
3. garantir a fidedignidade (o intérprete não altera a informação), a imparcialidade (o intérprete não interfere com opiniões próprias) e a impessoalidade (o intérprete é um instrumento impessoal) na prestação do serviço;
4. ser discretos, prestativos, atenciosos, educados, cordiais, especializados e qualificados para o desenvolvimento de suas tarefas e para prestar o melhor atendimento ao CONTRATANTE;
5. manter-se atualizados e bem informados quanto às rotinas e aos procedimentos adotados;
6. manter sigilo das informações e dos dados a que tiverem acesso durante a execução dos serviços;
7. apresentar-se ao funcionário responsável pelo evento no local estabelecido, conforme informado na ordem de serviço, utilizando vestimentas adequadas à natureza do serviço contratado, com 45 (quarenta e cinco) minutos de antecedência de seu início, para fins de identificação e credenciamento perante a área de Segurança do TRE e para verificar as condições e características do local, do público, dos palestrantes e das atividades a serem realizadas. Esse período não será computado como hora trabalhada para efeito de contabilização do pagamento da prestação do serviço.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Estar apta a iniciar a prestação dos serviços objeto da presente licitação a partir da data da assinatura do contrato.

9.2. Prestar os serviços em prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência.

9.3. Zelar para que os intérpretes de Libras utilizem vestimenta definida no Adendo I deste Termo de Referência.

9.4.Zelar para que os intérpretes de Libras tenham conduta adequada no ambiente do Tribunal Regional Eleitoral e obediência às normas da Corte Eleitoral.

9.5.Responsabilizar-se pelo transporte de seus profissionais, independentemente do horário de início e de término da prestação dos serviços.

9.6.Responsabilizar-se por quaisquer ônus ou despesas referentes a obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais, encargos de possíveis demandas trabalhistas, cível ou penal, relacionados aos serviços, bem como as despesas com transportes, local e interestadual e a alimentação de seus empregados, decorrentes da execução do objeto contratado.

9.7.Facilitar os trabalhos da fiscalização, acatando imediatamente as instruções, sugestões, observações e decisões que emanem da fiscalização, corrigindo as falhas e superando as dificuldades apontadas quanto ao cumprimento das cláusulas contratuais.

9.8.Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao TRE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

9.9.Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de qualificação técnica e profissional exigidas para a realização dos serviços, bem como as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação quanto à regularidade fiscal.

9.9.1. Verificadas irregularidades nas condições que ensejaram sua habilitação quanto à regularidade fiscal, a CONTRATADA terá o prazo de 30 (trinta) dias corridos, contado da notificação da fiscalização, para regularizar a situação, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, sem prejuízo da rescisão do contrato a critério da Administração.

9.10. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste contrato.

9.11. Providenciar, em até 5 (cinco) dias úteis - a contar da data da assinatura do Contrato e sempre que houver novo profissional alocado para a prestação dos serviços, contados da respectiva alocação, a cessão de direitos do uso do material e/ou das imagens, e/ou divulgação em material impresso, rádio ou TV para uso pelo CONTRATANTE, conforme modelo constante do Adendo II do Termo de Referência. O direito patrimonial e a propriedade intelectual em caráter definitivo de todos os resultados produzidos em consequência da prestação dos serviços, inclusive sobre eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, serão do CONTRATANTE, que poderá distribuir, alterar e utilizar sem limitações os resultados produzidos. Os direitos autorais dos produtos gerados serão do CONTRATANTE, ficando proibida sua utilização por parte da CONTRATADA sem que exista autorização expressa, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

9.12. Manter sigilo (não reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio ou de terceiros), sob pena de responsabilidade, sobre todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE ou de terceiros que tomarem ciência em razão da execução do objeto do contrato, devendo orientar seus empregados nesse sentido.

9.13. O valor da hora-base deverá contemplar a cessão de uso de imagem e voz.

9.14. No preço cotado, deverão estar inclusos todos os custos diretos e indiretos, como frete, seguro, riscos, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, acidentários ou comerciais, bem como recursos humanos e materiais, passagens aéreas, diárias, alimentação, transporte, hospedagem e quaisquer outras despesas incidentes na execução dos serviços objeto deste Termo de Referência.

9.14.1.Do cálculo da jornada de trabalho serão descontados os intervalos e as interrupções para almoço ou jantar (desde que não haja trabalho), contando-se como horas trabalhadas, entretanto, os intervalos para café e lanche (*coffee break*).

9.14.2.Sempre que aplicável, a CONTRATADA executará os serviços com base na Norma Técnica NBR 15290 - acessibilidade em comunicação na televisão da ABNT e nas diretrizes estabelecidas por órgão regulador e atualizações, sem prejuízo da regulamentação para radiodifusão de sons e imagens.

10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1. Designar gestores e fiscais, titular e substituto, para acompanhamento e fiscalização do contrato.

10.2. Promover o acompanhamento e a fiscalização desta contratação, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas, comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA.

10.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

10.4. Permitir, durante a vigência do contrato, o acesso dos representantes ou prepostos da CONTRATADA ao local de prestação de serviços, desde que devidamente identificados e acompanhados por representante do CONTRATANTE.

10.5. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre toda e qualquer irregularidade constatada na execução do serviço.

10.6. Rejeitar e devolver todo e qualquer profissional que não atenda ao disposto no item 6 deste Termo de Referência e ao previsto na Lei nº 12.319/2010 e nas normas disciplinadoras de órgão regulador.

10.7. Efetuar o pagamento à CONTRATADA de acordo com as condições estabelecidas no contrato.

11. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

11.1. A CONTRATADA deve dar atendimento às normas regulamentadoras expedidas pela Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia, quanto à Segurança e à Medicina do Trabalho.

11.2. Caso a CONTRATADA esteja enquadrada nas condições listadas no art. 93 da Lei nº 8.213/91, deve atender ao dispositivo em tela.

11.3.A CONTRATADA não pode ter inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo.

11.4. A CONTRATADA, ou seus dirigentes, não pode já ter sido condenada por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo.

12. DO RECEBIMENTO E PAGAMENTO

12.1.RECEBIMENTO

12.1.1. O Contratante, através de seu representante, fiscalizará a execução do contrato, nos aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

12.1.2. O recebimento dos serviços ocorrerá em até 05 dias úteis a partir de sua execução, após a verificação da conformidade com as especificações previstas neste instrumento.

12.2.PAGAMENTO

12.2.1. O Contratante pagará à Contratada o valor correspondente à contratação, mediante depósito bancário em sua conta corrente, até o 5º (quinto) dia útil subsequente à apresentação do documento fiscal, devidamente atestado pelo setor competente deste Tribunal, desde que não haja fato impeditivo provocado pela mesma, obedecida a ordem cronológica de exigibilidade, nos termos do art. 5º, da Lei nº 8.666/93.

12.2.2. A Contratada deverá, juntamente com a apresentação do documento fiscal, informar os dados do seu domicílio bancário (banco, agência e conta) para o correspondente pagamento, bem como, se é optante pelo Simples Nacional. Caso não apresente a informação de opção pelo simples, os impostos e contribuições poderão ser devidamente retidos e recolhidos ao Tesouro Nacional.

12.2.3. A empresa optante pelo SIMPLES, para usufruir da isenção da retenção de tributos e contribuições estabelecida pela IN SRF nº1234/2012, deverá apresentar declaração ORIGINAL (01) via na forma do Anexo IV daquela instrução normativa, JUNTO COM A NOTA FISCAL. CÓPIA NÃO É VÁLIDA.

13.PREÇO MÁXIMO ACEITÁVEL/MODELO DE PROPOSTA

13.1. A contratação será do tipo "**menor preço global - lote**" e o valor da proposta deve ser apresentado na forma da tabela especificada no **item 2.1** deste termo de referência.

13.2. O valor estimado para a presente contratação é de:

Item	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
01	374,59	56.188,50
02	413,65	82.730,00

03	51,25	43.050,00
----	-------	-----------

13.3 . Os valores unitários e totais propostos, não deverão ultrapassar aqueles contidos na tabela de valores máximos de referência contidos no item 13.2;

14. DA LEI nº 13.709/2018 (LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS)

14.1. É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal, repassado em decorrência da execução contratual, para finalidade distinta da contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

14.2. Para fins de execução do objeto contratado e de cumprimento de obrigação legal ou regulatória, a Contratante poderá proceder ao tratamento dos dados pessoais dos representantes legais da Contratada, inclusive para publicação nos portais de Transparência da Contratante.

14.3 Para fins de execução do contrato HAVERÁ compartilhamento de dados entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA.

15. PUNIÇÕES AO DESCUMPRIMENTO DO CONTRATO

15.1. O atraso injustificado na execução dos serviços referentes aos itens 1 e 2 implicará multa correspondente a 5% (cinco por cento) a cada 10 minutos de atraso, calculada sobre o valor do objeto em atraso, até o limite de 15% (quinze por cento).

15.2. O atraso injustificado na execução dos serviços referentes ao item 3 implicará multa correspondente a 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor do objeto em atraso, até o limite de 5% (cinco por cento).

15.3. A inexecução total ou parcial do contrato implicará multa no percentual de 30% (trinta por cento), calculada sobre o objeto inexecutado.

15.4. O descumprimento de qualquer outra obrigação implicará em multa de 0,5% por ocorrência, calculada sobre o valor total do contrato.

ADENDO I- DO TERMO DE REFERÊNCIA

VESTIMENTA DOS PROFISSIONAIS – INTÉRPRETE DE LIBRAS*

1. Sexo Masculino

Item	Tipo/Especificação	Cor
1	Calça social	Preta
2	Cinto	Preta
3	Meia Social	Preta
4	Sapato Social	Preta
5	Camisa Social	Contrastantes entre si e entre o fundo (evitar tons próximos ao tom da pele do intérprete)

2. Sexo Feminino

Item	Tipo/Especificação	Cor
1	Calça social	Preta
2	Sapato Social	Preta
3	Camisa Social	Contrastantes entre si e entre o fundo (evitar tons próximos ao tom da pele do intérprete)

*Vestimenta adotada em conformidade com a Norma Brasileira ABNT NBR 15290, ano 2005, que, entre outras, estabelece diretrizes para a janela de Libras, determinando como requisito para interpretação e visualização da Libras que: a vestimenta, a pele e o cabelo do intérprete devem ser contrastantes entre si e entre o fundo (letra a, item 7.1.4, NBR 15290).

ADENDO II - DO TERMO DE REFERÊNCIA**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ****AUTORIZADOR(A)**

Nome:

Profissão:

CPF:

RG:

Telefones:

Endereço:

E-mail:

AUTORIZADO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO (TRE/ES) Av. João

Batista Parra, 575, Praia do Suá- Vitória- ES, CNPJ nº 00.509.018/0001-13

Pelo presente instrumento, e na melhor forma do direito, o(a) AUTORIZADOR(A), abaixo- assinado, autoriza, expressamente, o AUTORIZADO a utilizar sua imagem e voz, na íntegra ou em partes, para fins institucionais, educativos, informativos, técnicos e culturais, entre outros, visando à exibição e à reexibição em qualquer mídia existente ou que vier a existir, em todo o território nacional e internacional, em número ilimitado de vezes, seja qual for o processo de transporte de sinal que venha a ser utilizado pelo AUTORIZADO.

O AUTORIZADO poderá ceder o material a parceiros públicos ou privados, conforme sua conveniência, que dele farão uso na mesma extensão permitida por este instrumento.

A presente autorização está contemplada no valor da hora-base do serviço, desonerando o AUTORIZADO, bem como seus parceiros citados, de qualquer custo ou pagamento de honorários, seja a

que título for, sendo concedida em caráter irrevogável e irretratável, para nada reclamar em juízo ou extrajudicialmente, obrigando o(a) AUTORIZADOR(A) por si e por seus herdeiros.

Vitória, _____ de _____ de 20____ .

.....

Assinatura do(a) AUTORIZADOR(A)

Em 24 de abril de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **MARCIA FERNANDES COELHO CEOTTO VIEIRA, Assistente do Núcleo**, em 24/04/2023, às 09:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-es.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0943507** e o código CRC **DDCF30F6**.

0007740-68.2022.6.08.8000

0943507v12